



AS (IM)POSSIBILIDADES DA CHARGE DIANTE DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

GT16: Estudos sobre Jornalismo

Adriana Schryver Kurtz¹
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-Sul - Brasil akurtz@espm.br

Resumo

O incêndio da Boate Kiss tornou Santa Maria - cidade universitária de porte médio, encravada no centro do Estado do Rio Grande do Sul - tristemente conhecida no planeta em poucas horas. O mega-acontecimento dominou a agenda midiática brasileira e internacional, suscitando uma avalanche de charges, produzidas sob o impacto da tragédia e oferecidas nos mais diferentes suportes a um público tomado por comoção. O texto analisa, a partir de três casos distintos, as possibilidades e os limites do gênero opinativo charge no Brasil, que, com seu caráter humorístico e/ou crítico, destina-se ao comentário visual dos assuntos priorizados pelos veículos de comunicação e suas editorias. Embora inadequado para determinadas homenagens às vítimas e para o tratamento direto do tema da morte, o formato transbordou do tema inicial e apontou para algumas de suas possibilidades adicionais: a charge como instrumento de luta política e ideológica e como espaço alternativo de (auto)crítica e reflexão acerca da própria mídia e do trabalho jornalístico na cobertura da tragédia.

¹ Doutora em "Comunicação e Informação" pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jornalista e Professora dos Cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR/ESPM-Sul) e líder do Grupo de Pesquisa "Teoria e Prática no Jornalismo Gaúcho".





A kiss nas charges brasileiras: uma tragédia em três atos

O jornalismo é uma atividade que, em geral, pode se caracterizar pela produção de relatos acerca de fatos previsíveis e rotineiros, em que pese a mística e o glamour da profissão. Mas a cobertura jornalística também experimenta seus momentos de exceção e, no limite, a ocorrência de *mega-acontecimentos*, caso do incêndio que surpreendeu e matou centenas de jovens que se divertiam despreocupadamente num domingo de janeiro de 2013, na Boate Kiss, em Santa Maria, cidade universitária localizada no coração do Estado do Rio Grande do Sul. O acontecimento noticioso excepcional - não programado e imprevisto - é imbuído "de uma tal dose de noticiabilidade que provoca uma reação excitada e um tumulto na redação", como lembrou Traquina (2005, p. 97). Tais fatos, destacou o teórico, arrebentam nas redações jornalísticas e provocam uma alteração completa na rotina. A novidade, o inesperado, o insólito, a relevância ou a notabilidade do(s) ator(es) são alguns dos valores-notícia envolvidos nesses eventos.

Como sabemos, no caso de Santa Maria, a morte foi o destaque absoluto entre os valores-notícia concernentes ao episódio: o número de vítimas foi se avolumando desde aquela fatídica madrugada de 27 de janeiro de 2013, até chegar na impensável marca de 242 mortos. Pois o fato que arrebentou nas redações jornalísticas de todo o país e repercutiu mundialmente não suscitou apenas interrupções nas programações dos diversos veículos, matérias de capas na imprensa, infindáveis boletins noticiosos, artigos, editoriais e reportagens investigativas². Também ensejou a produção de centenas de charges,

² Medições feitas nos dias 27 e 28 de janeiro comprovam os excessos da cobertura, na qual programas de variedades suplantaram os jornalísticos no tempo dedicado à tragédia. Nos canais abertos, a Record liderou o ranking das emissoras: 14 horas de abordagem. Seguem a Globo (10h), Band (9h), SBT (7h30) e a Rede TV! (5h), num total de 46h dedicadas ao tema.





confirmando a onipresença do tema na agenda nacional e consolidando o estatuto da charge como um complexo gênero opinativo, de forte tradição na imprensa e alto apelo popular.

A inquietação que deu origem a este estudo partiu de uma questão inicial simples. Como um formato como a charge – com seu evidente viés humorístico e satírico-poderia ser mobilizado para ilustrar e comentar um fato de tamanha dramaticidade? Existiria um espaço para seu uso diante de um evento tão traumático, que enlutou centenas de famílias e comoveu – não sem uma adicional dose de sensacionalismo da mídia – milhões de pessoas, de Santa Maria ao território brasileiro e deste ao mundo? A melhor ou possível intervenção não seria justamente negar-se ao seu exercício? Tais perguntas encontrariam uma situação concreta e um *corpus* de análise magistral no epicentro da tragédia, capitaneada pelo jornal rio-grandense "Zero Hora", do Grupo RBS, nos dois dias que se sucederam ao incêndio. Uma polêmica inusitada marcou a intervenção do chargista Marco Aurélio, ao tentar, de forma desastrosa, homenagear os mortos, enquanto seus corpos ainda estavam sendo velados e enterrados pelos pais e familiares. Foi o bastante para sinalizar os limites do gênero – e de qualquer forma de humor – diante do acontecimento.

Outra querela explodiria no dia 28 de janeiro, diante da charge de capa do Jornal "O Globo", do Rio de Janeiro, assinada por Chico Caruso, que (in)explicavelmente colocou em cena a presidente Dilma Rousseff diante do incêndio da boate, numa mostra de descabida militância ideológica contra o governo brasileiro e seu núcleo político, o Partido dos Trabalhadores (PT). O mau gosto e a inadequação do uso de um espaço de pesar e comoção para embates dessa ordem não passou despercebida: a reação de leitores, frequentadores das mídias sociais, jornalistas





e teóricos foi igualmente contundente, comprometendo publicamente a imagem do cartunista e do jornal³.

Por sua vez, o chargista carioca Carlos Latuff expressou a indignação de boa parte do público brasileiro com os excessos cometidos por alguns veículos e profissionais de comunicação ao tematizar, num desenho divulgado pelas redes sociais, o sensacionalismo e a falta de ética de repórteres que se comportavam como abutres em torno das famílias enlutadas. Sua crítica não teve espaço nos meios tradicionais da imprensa. Mas a recepção e repercussão da charge de Latuff (entre outras igualmente produzidas com o mesmo mote por autores menos reconhecidos) deixou claro que os limites da cobertura tinham sido ultrapassados e que a sociedade desaprovava uma mídia afoita para capturar audiências, ignorando solenemente seus manuais de ética, tão intocáveis nos momentos em que os veículos se dedicam ao autoelogio promocional diante de seus consumidores.

Cada um dos episódios constituiu, sem dúvida, uma lição e um aprendizado valioso para o campo dos estudos da comunicação. O fato é que estes casos transcenderam aquela pergunta inicial suscitada pela tragédia. Como a realidade não raro supera as inquietudes teóricas, o enfoque e a abordagem do presente texto praticamente se impôs à pesquisadora. Da mesma forma, o *corpus* de análise é resultado da rejeição da opinião pública às produções dos chargistas e seus veículos, mesmo no caso da crítica de Latuff que não encontrou espaço nos meios tradicionais para uma justa autoavaliação. Assim, esta reflexão teórica não lançará mão de metodologias de análise das charges, limitando-se a descrever seus contextos de produção e recepção. Recorre-se, portanto aos debates produzidos no país - capitaneados por profissionais da mídia e pesquisadores do

_

³ Note-se que tanto ZH quanto "O Globo" estão ligados indireta ou diretamente às organizações Globo.





campo que utilizaram o espaço do Observatório de Imprensa⁴ -, respaldados por contribuições teóricas relativas ao formato charge.

Isso, finalmente nos mostra que mais do que conjugar teoria e prática, os estudos em jornalismo precisam estar atentos ao próprio processo histórico que coloca em relação, certamente tensa e desigual, a sociedade e a mídia. A tragédia da Kiss ainda está por promover mudanças concretas no âmbito da segurança e das políticas públicas, bem como a merecer uma resposta efetiva da justiça. Mas já deixou lições fundamentais para o campo da comunicação e a teoria do jornalismo. O presente texto é resultado desse legado e sua autora é filha da cidade que foi definitivamente marcada pela tragédia. Assim, resta reafirmar seu luto e o respeito pelas vítimas, sobreviventes e seus familiares, retomando aquela colocação de Theodor Adorno de que a única diferença entre a morte e o nada reside na memória.

Ato I – A charge como instrumento de luta ideológica

A charge é um gênero jornalístico pouco estudado e continua sendo considerada como mera variante da caricatura. Assim, um autor referencial do jornalismo brasileiro, José Marques de Melo, consagrou uma tipificação que ainda se ressente desta sobreposição e/ou aglutinação. O decano dos estudos de jornalismo no país caracteriza a charge como: 1) crítica de fato ou acontecimento que pode combinar texto e imagem; 2) forma de expressão artística através do desenho que tem por fim o humor; 3) gênero cuja finalidade satírica ou humorística pressupõe a emissão de juízos e de valor. "Segundo Marques de Melo, a caricatura e a charge têm a intenção de, ao representar o real, criticá-lo,

_

⁴ Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que acompanha dede 1996, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira.





apreendendo facetas ou instantes da vida em sociedade que flagram expressões hilariantes do cotidiano", observa Lailton Alves da Costa (2010, p. 62).

Mas, ao herdar o legado da tradição histórica da caricatura, a charge incorporou a condição de representação humorística destinada a satirizar fatos específicos de caráter político. Isso leva Melo a afirmar que os profissionais caricaturistas – e por consequência os chargistas – "atuam como a consciência crítica da sociedade, revelando uma tendência nitidamente oposicionista⁵" (como citado em Costa, 2010, p. 65). Já Alzamora sugeriu uma maior liberdade da charge para tratar dos temas agendados, já que a relação desta com a realidade não é literal, permitindo um menor compromisso com a fidedignidade dos fatos (como citado em Costa, 2010, p. 100).

Tais perspectivas parecem oportunas para uma avaliação da primeira charge a ser analisada e que constitui um dos atos encenados pela "opinião ilustrada" acerca da tragédia. Em que pese o distanciamento do incêndio da Boate Kiss com a crônica política, o drama de Santa Maria serviria para a manutenção de uma agenda oposicionista do Jornal carioca "O Globo" contra a presidente Dilma Rousseff. Em sua charge de capa na edição do dia 28 de janeiro, Chico Caruso apresentou a Kiss transformada literalmente numa caixa gradeada em chamas, da qual pessoas encarceradas tentavam, desesperada e inutilmente, sair. Observando a cena e a fumaça preta que se levanta daquela espécie de prisão, a presidente Dilma, num blazer vermelho (a cor de seu partido político), grita "Santa

_

⁵ Em vários artigos focados na produção chargística de ZH (Kurtz, 2012; 2014a; 2014 b) tenho defendido a relativização desta noção uma vez que a grande mídia costuma ser bem mais "oposicionista" em relação aos governos de esquerda do que diante de grupos políticos de centro ou de direita com os quais comungam as mesmas ideologias.

⁶ Francisco Paulo Hespanha Caruso (São Paulo, 1949) é cartunista, chargista, caricaturista e humorista. Desde o final dos anos 60, publicou seus trabalhos na Folha da Tarde, Opinião, Movimento, Gazeta Mercantil, Isto é, Veja, Jornal do Brasil e, a partir de 1984, O Globo.





Maria" com as mãos à cabeça. Antes de recuperar a trajetória da controvérsia instaurada pela "carga" de Caruso, vejamos a peça:



Enquanto os leitores do Rio de Janeiro e dos demais estados do país folheavam as páginas de "O Globo", a charge de Caruso era reproduzida no Blog do jornalista Ricardo Noblat⁷. A reação não se fez esperar. Já na parte da noite, mais de 200 participações de um público colérico classificavam a peça como nojenta, oportunista, lamentável, infeliz, inoportuna, imbecil, desarrazoada, insensata, ridícula, aberrante e desproporcional. "Um lixo" produzido por "um perfeito idiota", segundo os mais exaltados. Caruso foi acusado de usar um momento tão especialmente traumático que consternava a opinião pública para repisar críticas contra Dilma e o PT, enquanto Santa Maria chorava seus mortos.

Ricardo José Delgado Noblat (1949) trabalhou como repórter, editor e diretor de redação em diversos jornais e revistas brasileiras. Em 2004 criou o Blog do Noblat, hospedado no site do Jornal O Globo.





Do alto de sua *expertise* jornalística e talvez amparado pela mística da liberdade de expressão, mantra preferido da imprensa brasileira, o blogueiro contra-atacou o público. Em sua defesa, procurou inverter a situação e sugerir que a politização do tema era de responsabilidade dos descontentes e não do chargista de "O Globo":

Os que criticam a charge do Chico Caruso perderam o bom senso, a se levar em conta a violência com que escrevem. O que a charge tem de chocante, de desrespeitosa com quem quer que seja? Dilma pôr as mãos na cabeça e dizer 'Santa Maria'? Isso é um absurdo? Só enxerga nisso uma crítica à presidenta os fanáticos políticos de plantão. Aqueles que politizam tudo. Os que alugaram sua pena e sua mente a interesses partidários. Dilma não faz política quando grita 'Virgem Maria'. Nem a charge sugere isso. Dilma revela seu desespero. Sua inconformidade. Que é nossa também. Ela não tem culpa alguma pelo que aconteceu. Foi solidária com todos os que sofrem. Esteve em Santa Maria. Sinceramente se comoveu com o que viu. O que tem mais na charge? A boate transformada numa prisão? As janelas gradeadas? As mãos crispadas dos que ali ficaram retidos clamando por ajuda? Mas não foi mesmo numa prisão em que a boate se transformou? Numa armadilha? Numa ratoeira? Perdão, mas vcs não sacaram nada, nadinha (Noblat, 2013).

Mesmo que se possa concordar com suas ponderações, há um *touch* de arrogância que, como nos lembra Traquina (2005) faz parte do *ethos* da comunidade jornalística: "Vocês não sacaram nada, nadinha", jactou-se Noblat, de forma provocativa. O quiproquó foi retomado, num tom mais civilizado e reflexivo, por analistas que se utilizaram do "Observatório da Imprensa", espaço





normalmente negado pela grande mídia para a avaliação crítica de seus erros. Sylvia Moretzsohn, lembrando uma regra básica nos estudos em comunicação – o de que qualquer discurso comporta mais de uma interpretação -, fez notar que a desqualificação que Noblat impingiu aos interlocutores do seu Blog era insustentável e autoritária. Ao dizer que mais de 200 leitores "não sacaram nada, nadinha" da infeliz charge de Caruso, Noblat "supõe um sentido único e, a rigor, muito improvável, dada a sistemática postura do jornal contra o governo petista", somado à forçosa identificação "de toda contestação" aos "fanáticos de plantão", que "politizam tudo" (Moretzsohn, 2013).

O jornalista Luciano Costa foi além: como a charge é "um recurso tradicional de carga contra o poder, fundado na ironia e no humor crítico" e uma vez que o desenho de Caruso leva o "selo do humor", o melhor que teria a fazer o humorista seria calar, ao invés de "fazer graça" com o principal fato do dia, numa charge "patética". Portanto, não haveria como "escapar da interpretação de muitos leitores que viram na peça uma tentativa de suscitar no público uma interpretação política para a tragédia" (Costa, 2013).

Já Fabio Leon Moreira deteve-se na tarefa de dissecação da charge "desastrosa" de Caruso, para chegar à mesma conclusão: uma regra sagrada do que chamou de "historiografia das catástrofes" fora solenemente quebrada: a de que não é possível brincar com o sofrimento. É inadmissível, disse o jornalista, encontrar em qualquer publicação "um mísero resquício que forneça conotações desviantes da sobriedade, da lucidez e do equilíbrio que se exigem em momento tão difícil". Daí que as charges deveriam reverberar "somente condolência e pesar, como manda a etiqueta" (Moreira, 2013). Para o analista, a leitura da charge de capa do jornal carioca "não deixa dúvidas" quanto ao teor ideológico e oportunista da charge.





O Globo relativizou a visita de Dilma à cidade, ela que construiu sua carreira política com passagens pela administração pública no Estado rio-grandense, como uma politização partidária oportunista, ao invés de registrar a chegada de uma chefe de Estado a uma cidade atingida por uma devastadora comoção popular, como deveria ser: uma visita obedecendo às eventuais padronizações protocolares do cargo. Se bem que nem protocolar Dilma foi. Somente um psicopata não verteria uma lágrima adentrando um ginásio esportivo onde se perfilavam mais de 200 caixões num velório coletivo improvisado com 200 famílias em desespero. Mas para O Globo eram lágrimas marqueteiras de uma précandidata às eleições de 2014. A munição difamatória seria redobrada com sua ausência, justificada como uma desonra aos votos de milhões que a elegeram (Moreira, 2013)

Capturando mensagens subliminares na leitura da charge de Caruso – uma possível culpabilização do governo federal por algum tipo de leniência em relação a uma suposta indústria de alvarás irregulares e a condição passiva da presidente ("Dilma está ali, de pé, embasbacada pelo pânico, apenas testemunhando, incapaz de uma tomada de decisão que incorporasse ações que pudessem minimizar as perdas humanas que ali, naquele desenho, se configuram") -, Fábio Moreira sugere que diante de qualquer espécie de tragédia, Caruso colocaria a presidente em cena "como a atriz coadjuvante de um filme ruim, inferida numa dicotomia que evoca inércia e medo". E pergunta: "Se não entendemos nada, nadinha, como afirmou o colunista Ricardo Noblat em seu blog, defendendo a charge, o que deveríamos ter entendido?" Afinal, "que tipo de perseguição política ao governo petista não ficou clara?" (Moreira, 2013).





Para endossar sua linha de análise, o crítico recorre à própria biografia do cartunista e de sua atuação no Globo, recuperando outra tragédia da agenda brasileira que não mereceu suas "gracinhas":

Em meados de 2000, passageiros de um ônibus no Rio de Janeiro ficaram, por horas, na mira de um revólver, reféns do sequestrador Sandro do Nascimento num episódio que ficaria imortalizado como o "sequestro do ônibus 174", crime que foi midiatizado à exaustão e ao vivo pela TV. O cartunista Chico Caruso, alegando estafa emocional por causa do fim trágico que resultou na morte de uma professora, escreveu um pedido de desculpas aos seus leitores, "pois após 24 anos na função, não havia como registrar com humor os acontecimentos do dia". Como todos sabem, a matéria-prima de um bom chargista de jornal diário de grande circulação é a anedota, a ironia, o sarcasmo. Mesmo com o desfecho desastroso de uma corporação militar chefiada pelo então governador Anthony Garotinho, vitimando uma inocente, Caruso (ou a direção do Globo) optou pelo silêncio. O chefe do poder executivo estadual foi poupado enquanto Caruso refestelava-se no sofá de casa, recuperando-se para pincelar a primeira página do dia seguinte. Mas a mesma compostura foi anulada dessa vez. Em lugar do silêncio, o deboche. Por mais que Ricardo Noblat jure que não seja (Moreira, 2013).

Portanto, em que pese a *tour de force* de Noblat em defesa do colega, a charge de Caruso confirma algumas reflexões teóricas acerca do gênero. Construindo uma mensagem aparentemente ao nível da brincadeira ácida - mas inocente, "a charge





cumpre requisitos básicos da propaganda eficaz: chamar a atenção e despertar o interesse, e estimular emocionalmente para a aceitação da mensagem pretendida. Ou seja, para o leitor do jornal tomar partido" (Augusto, n.d.).

Ato II- A charge e o interdito da morte

Ao completar um ano da tragédia, o Jornal "Zero Hora" dedicou duas edições especiais para marcar a data de uma das mais dramáticas coberturas de sua história. O chargista Marco Aurélio ⁸que há quatro décadas encarna a opinião do veículo e da empresa RBS se furtou a trabalhar o tema, deixando a tarefa para o segundo profissional na hierarquia da empresa, lotti. O público rio-grandense, entretanto não estranhou ou lamentou a omissão do chargista. De fato, foi melhor para todos: chargista, veículo e leitores. Marco Aurélio havia protagonizado exatamente um ano antes uma situação constrangedora – talvez a pior entre as várias contendas envolvendo seu nome e o do jornal no qual atua há 35 anos.

Duas charges produzidas por ele nos dias imediatos ao incêndio provocaram a indignação do público e mais de quatro mil reclamações. O chargista foi colocado em férias compulsoriamente até que os ânimos se acalmassem e admitiu sua mágoa com a chefia — dos editores de ZH ao presidente do Conselho de Administração da RBS — por ter assumido sozinho um erro que ele garante (e a própria teoria do jornalismo endossa) ter sido coletivo e respaldado por diversos níveis de poder decisório. Aurélio, fiel a sua empresa e a sua linha editorial conservadora, foi o único personagem do imbróglio que, afinal, pagou o preço pelo desrespeito às vítimas da Kiss e seus familiares. O episódio foi tratado pela autora no artigo "Morrer em Santa Maria: as charges de Marco Aurélio sobre a tragédia da Boate Kiss" (Kurtz, 2014). Assim, vou me limitar a alguns apontamentos críticos acerca do fato, cujas circunstâncias podem ser melhor compreendidas a partir da

⁸ Marco Aurélio Campos de Carvalho nasceu em Passo Fundo (RS), em ano que ele não revela.





charge "Uma nova vida", publicada no dia 29 de janeiro em ZH, que concentrou a indignação da opinião pública no epicentro do drama.



A peça – poluída em seus traços e textos - retrata uma longa fila com uma dúzia de jovens, roupas coloridas, postados diante de um prédio identificado como "USP – Universidade São Pedro". Da porta, São Pedro em pessoa direciona os candidatos – de forma enérgica - conforme suas áreas de estudos. Assim, "arquitetos devem ir à sala 5 com Niemeyer; "gente da pedagogia", com Gilberto Freyre; medicina, sala 7 com Zerbini e militares, na sala 3 com o Duque de





Caxias" (!). Um anjo, acima do prédio, se oferece para "informar" acerca de dúvidas. Na fila, os jovens fazem perguntas sobre vagas em cursos, se apresentam, mas uma fala pontual causa um verdadeiro choque: uma menina, ao celular, diz "mãe, eu estou bem".

A enxurrada de queixas provocou o sumiço da charge da edição on-line de ZH e do Blog "Os diaristas", que divulga a obra de caricaturistas e chargistas do Grupo RBS, mas sua disseminação pelas redes sociais já era um fato consumado. Na edição impressa do dia seguinte, Marco Aurélio já não tematizava a Kiss e ZH abria espaço na seção de Cartas para leitores indignados com a falta de sensibilidade, o teor ofensivo, inadequado, desrespeitoso, desprovida de bom senso da charge, "uma agressão à dor dos familiares e amigos das vítimas". Uma lacônica Nota da Redação limitou-se a afirmar: "o chargista disse que pretendeu homenagear os estudantes, com uma universidade no céu" (ZH, 30/01/2013). No dia 31, o espaço era ocupado por um interino e somos informados, na própria peça do substituto que "O chargista Marco Aurélio está em férias".

Um jornal "importante, como o Zero Hora", observou, perplexo, Luciano Costa, permitira "conteúdo de puro escárnio às vítimas", que não teria sido impunemente exibida nem pelo "mais reles pasquim de quinta categoria". O que pretendia o veículo "ao publicar esse monumento ao mau gosto?" (Costa, 2013). Não se tratava aqui da militância ideológica de Chico Caruso, em que pese ser este um problema também recorrente das charges de Marco Aurélio, ponta de lança das posições mais conservadoras do Grupo RBS, conforme venho pontuando em pesquisas dedicadas ao tema. Ocorre que Aurélio exibiu outra de suas condenáveis características: mostrou uma solene arrogância ao desconsiderar a interdição do tema da morte num momento em que centenas de famílias enterravam seus filhos. Homenagem ou não, ninguém suportaria ver os mortos





representados, ainda que supostamente revividos – ou *carnavalizados*, diria Bakhtin - numa hipotética Universidade sediada no céu.

Aurélio bem tentou contar com um Noblat só seu. Chegou a pedir para que um texto em sua defesa, escrito por Luis Nassif, fosse reproduzido na coluna de Paulo S'Antanna, famoso articulista de ZH. Mas a direção do Jornal e do Grupo, afoita em dar por encerrado a controvérsia e minimizar o desgaste com clientes insatisfeitos abandonou o chargista a sua própria sorte. "Toda a direção viu minha charge, só eu estou no refrigerador", desabafou ao site Coletiva.Net. "Até quem comete uma injustiça tem o direito de se defender. A RBS me negou esse direito" (Aurélio, 2013). Apesar do tom vitimizado, na mesma linha de raciocínio de Noblat ao tentar defender Chico Caruso, o chargista de ZH insistia em propiciar aos leitores "uma melhor compreensão da charge", pois tinha sido "mal interpretado", uma vez que "jamais iria fazer qualquer coisa ofensiva sobre a tragédia de Santa Maria".

Ambos os episódios convergem quando se trata da suposição de que apenas os jornalistas — aquela comunidade interpretativa de que fala Traquina (2005) - dominam a linguagem e os procedimentos de seu *métier*, relegando ao público o papel de passividade e incapacidade que marcaria, desde a Teoria Hipodérmica, o polo da recepção. Na melhor das hipóteses, quem sabe quatro mil pessoas precisariam de um líder de opinião para esclarecer aos incautos que nenhuma das charges, afinal, merecia as irracionais e extremadas reações da "massa". Se como disse o chargista, seu trabalho foi visto por "toda a direção" antes de ganhar as páginas de ZH cabe destacar, finalmente, que aquela "instância de produção" (Charaudeau, 2006) cujas enunciações reverberam a ideologia da empresa, cedeu ao público e tratou de garantir uma falsa isenção, culpabilizando unicamente o chargista. Assim, o incêndio na Kiss teria seu primeiro "aniversário" registrado em ZH com o silêncio eloquente de Marco Aurélio.





Ato III – A charge como reflexão sobre os excessos da cobertura jornalística

O público brasileiro postou-se diante da televisão narcotizado por uma cobertura jornalística de proporções raramente vistas. Santa Maria, palco da tragédia, tornou-se igualmente o centro irradiador de uma maratona na qual a tarefa de informar conviveu pari passu com todo tipo de excessos e abjeção: na exposição da morte das vítimas, cujos corpos inertes jogados na rua em frente à Boate Kiss foram pornograficamente filmados por celulares e exibidos por televisões abertas; no acompanhamento desnecessário e melodramático aos familiares na busca desesperada pelos filhos internados em hospitais; na caça de imagens das famílias naquela terrível e longa fila de parentes das vítimas à espera da macabra tarefa de reconhecimento dos corpos e, finalmente, na intromissão mórbida e inconveniente em rituais de velórios e sepultamento dos mortos. Nas rádios, repórteres mantinham pais e mães em estado de choque repetindo ad nauseam os danos físicos causados pela fumaça e o fogo nos filhos e filhas internados e quais os prognósticos médicos. Em alguns momento guase esperávamos que a pergunta iria explicitar qual a chance do óbito ou quanto tempo ele levaria. Máquinas fotográficas, microfones e câmeras de televisão disputavam espaço pelo melhor ângulo, o mais desesperador choro, os mais longos abraços ou mesmo os mais lancinantes gritos de dor. No afã de cobrir a tragédia, em meio àquela avalanche de morte, sofrimento e desespero, alguns profissionais da imprensa parecem ter perdido completamente o limite do que poderia e deveria ser mostrado. A cobertura da Kiss, dessa forma, foi generosa em sensacionalismo, invasão de privacidade e falta de sensibilidade ou respeito com as vítimas diretas e indiretas de uma tragédia.

Como nos lembra o título de um estudo já clássico de jornalismo sobre o sensacionalismo, a tragédia de Santa Maria foi espremida no limite do inaceitável





para oferecer sangue e lágrimas aos consumidores que, em tese, deveriam estar sendo informados. "A falta de originalidade e o amálgama geral do prazer pelo grotesco permeiam a imprensa brasileira" constatou o jornalista e blogueiro Raphael Garcia (2013). Sua pergunta poderia ser compartilhada por milhares de brasileiros: "Quem em sã consciência acredita que mostrar os corpos de centenas de vítimas de uma tragédia é, de fato, jornalismo? Quem acredita que assediar parentes de vítimas em seu momento de dor é fazer jornalismo investigativo?" (Garcia, 2013). Compartilhando a mesma indignação, André Sampaio (2013) fez notar que a cobertura da Kiss evidenciara "o preço salgado da lágrima". Ao relembrar as imagens que viu nas televisões, o analista ponderou:

sou movido por uma grande compaixão pela pessoa que ali está, sendo entrevistada, em seu momento de extrema dor, e que é forçada a uma resposta emocional destinada às câmeras, premida pela necessidade de uma declaração verbal óbvia, inoportunamente solicitada. Verbalização desnecessária, pois acrescenta palavras, redundantes, a uma imagem que já explicita. [...] O que motiva tal repórter a perguntar, para uma pessoa que ali se encontra, com feições pesadas, transtornada, sofredora, como se sente? Será que o público precisa ser informado sobre os sentimentos relativos à perda de uma mãe, de um filho, de uma companheira? Não precisamos. Todos sentimos. Todos sabemos. Há apenas uma explicação possível: manipulação – do entrevistado, em busca da lágrima, e do público, por sua catarse (Sampaio, 2013).

Tais reflexões encontraram nos traços do chargista carioca Carlos Latuff a sua expressão mais justa. Oriundo da imprensa sindical, com assumido ativismo





político e acumulando polêmicas numa carreira que completa duas décadas (recentemente tachado de antissemita por atacar o primeiro ministro de Israel e apoiar a causa palestina), "Latuff deu voz a milhões de brasileiros que somaram à tristeza pelas centenas de mortes a indignação pela atitude de jornalistas que não respeitam a dor alheia e simulam, como canastrões, uma dor que não sentem", constatou Paulo Nogueira no blog Militância Viva (2013). Ao contrário de seus colegas de profissão, encastelados na grande mídia e submetidos – de forma mais ou menos consciente – às suas linhas editoriais, que insistem em juras de inocência e apelam para o argumento de que não são corretamente interpretados, Latuff assume a potencialidade da charge para conscientizar a sociedade e abalar as estruturas de poder. Afinal como ele mesmo costuma frisar "desenho tem poder". Talvez por isso mesmo, só ele tenha tido a liberdade de criar essa peça:







Contrariando os manuais de Deontologia, o fato é que a chamada grande mídia foi incapaz de elaborar seu próprio desempenho, suas falhas e, sobretudo seus excessos. A crítica, como de costume, só se realiza extramuros. Ainda assim, catapultada pelas redes sociais, a charge de Latuff deu voz àqueles que – ao contrário do que faz crer a noção romântica de que a opinião da mídia é o espelho que reflete uma suposta opinião pública – não estiveram presentes entre as tantas vozes que narraram a tragédia.

É arriscadíssimo fazer charge em cima de tragédias como a de Santa Maria. A charge é percebida pelas pessoas como uma espécie de piada desenhada, mas ela é muito mais do que isso, porque representa a percepção do chargista sobre um dado momento vivido pelo conjunto de pessoas que formam o seu entorno social. Foi isto que não parece ter apanhado bem Chico Caruso, do jornal O Globo, que fez piada, isto sim, de mau gosto, envolvendo a tragédia de Santa Maria e a presidente Dilma Rousseff. O chargista Carlos Latuff trabalhou de modo correto, respeitoso e inteligente, como fez também o chargista do jornal Folha de S. Paulo desta terça-feira, que localizou Santa Maria no coração do RS, com um símbolo que representa o Brasil (Braga, 2013)

O que parece óbvio a respeito da charge num episódio como o de Santa Maria, resumido acima pelo veterano jornalista rio-grandense Políbio Braga, escapou aos profissionais da opinião ilustrada e seus superiores, sinalizando para as tensões e assimetrias na relação entre emissores e receptores no âmbito da grande mídia. Nos traços da charge, não apenas as vítimas, mas a própria ética do jornalismo voltaram a morrer em Santa Maria.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augusto, C. (n.d.). *Jornalismo-Propaganda sob o alvo da Censura*. Recuperado em 22 dezembro, 2013 de http://www.clapublic.com.br/artigos/artigo11.pdf
- Braga. P. (2013). As charges do dia sobre a tragédia de Santa Maria. Recuperado em 12 março 2014 de http://polibiobraga.blogspot.com.br/
- Charaudeau, P. (2006). Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto.
- Coletiva.net. (2013). Chargista de Zero Hora está afastado de Zero Hora.

 Recuperado em 5 julho, 2012, de:

 http://www.coletiva.net/site/noticia_detalhe.php?idNoticia=48598
- Costa. L. A. (2010). Gêneros Jornalísticos. In J.M. Melo & F. Assis (Orgs.). *Gêneros Jornalísticos no Brasil* (pp. 43-83). São Bernardo do Campo:

 Universidade Metodista de São Paulo.
- Costa. L. M. (29/01/2013). A História interrompida. Recuperado em 8 março, 2014 de
 - http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_historia_interrompida
- Costa. L. M. (2013). Entre a emoção e o escárnio. Recuperado em 5 março, 2014 de
 - http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/entre_a_emocao_e_o_escarnio.





- Garcia, T.R. *Jornalismo ou a arte do Grotesco?* Recuperado em 5 março, 2014 de http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed731_jornalismo_o u_a_arte_do_grotesco
- Kurtz, A.S. (2014a). Morrer em Santa Maria: as charges de Marco Aurélio sobre a tragédia da Boate Kiss. In A.C.M. Silveira (Org). *Midiatização da Tragédia de Santa Maria*.[E-book]. Santa Maria: FACOS/UFSM Editora. Recuperado em 3 março, 2014 de http://comunicacaoeidentidades.wordpress.com/.
- Kurtz, A.S. (2014b). Charges a um jovem jornalista (ou uma reflexão destinada aos nossos alunos sobre o poder persuasivo da charge). In F. Assis; C.A.
 M. Pereira; M.E. Antonioli (Orgs.). Desafios do Jornalismo: Novas demandas e formação profissional. Curitiba: Appris.
- Kurtz, A.S. (2012). A "charge ideológica" de Marco Aurélio em Zero Hora.
 Comunicação apresentada no XXI Encontro Anual da Compós, UFJF, Juiz de Fora.
- Moreira, F. L (2013). *O desastre e a charge desatrosa.* Recuperado em 5 maio, 2013 de
 - http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed732_o_desastre_e_a_charge_desastrosa
- Moretzshon, S. D. (2013). *A Emoção útil e a charge infeliz.* Recuperado em 3 abril, 2013 de
 - http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_emocao_util_e_a_charg e_infeliz





Noblat, R. (2013). Humor. A Charge do Chico Caruso. Recuperado em 2 março, 2014 de http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/01/28/a-charge-dochico-caruso-484094.asp

Sampaio, A. S. (2013). O preço salgado da Lágrima. Recuperado em 9 março, 2014 de

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed732_o_preco_sal gado_da_lagrima

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular.